

# Diagnósticos de crise do tempo na contemporaneidade: as políticas do tempo histórico e a disponibilidade da história<sup>1</sup>

Diagnoses of the crisis of time in contemporary times: the politics of historical time and the availability of history

**Vitor da Silva Xavier**

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

vitordasilvaxavier@gmail.com

**Franciele Teixeira Vidal**

Doutoranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

franciele2018vidal@gmail.com

**Vanessa Lessa Valadão**

Licenciada em História

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

vanessavaladao123@gmail.com

**Recebido:** 12/09/2024

**Aprovado:** 16/05/2025

**Resumo:** O presente artigo visa discutir os diagnósticos de crise da experiência do tempo partindo da hipótese inicial do “Presentismo” elaborada por François Hartog, no qual anuncia a crise da historicidade e a perda da relação com o futuro comparado à modernidade. Nesse sentido, abordaremos a indisponibilidade da história, que se configura como sintomática do diagnóstico da perda de futuro que se apresenta na contemporaneidade. Discutiremos, ainda, as insuficiências teóricas e políticas na hipótese presentista, buscando temporalidades múltiplas para um fechamento da história, e a ligação que o Antropoceno traz para historiografia, situada nos discursos de um fatalismo da história. Por fim, este trabalho propõe formas de reconfigurar o nosso vínculo com o tempo para além de um fechamento da história nela mesma, trabalhando outros modos de refletir sobre as experiências do tempo na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Crise, Tempo, Contemporâneo.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é fruto de uma iniciação científica intitulada “Os historiadores e seus fins: crise do futuro e diagnósticos do contemporâneo”. A pesquisa foi realizada com financiamento PAPq/UEMG. Além disso, contou com orientação do professor Dr. Mauro Franco Neto.

**Resumen/Abstract:** This article aims to discuss the diagnoses of the crisis of the experience of time, starting from the initial hypothesis of “Presentism” elaborated by François Hartog, in which he announces the crisis of historicity and the loss of the relationship with the future compared to modernity. In this sense, we will address the unavailability of history, which is symptomatic of the diagnosis of the loss of future that is presented in contemporary times. We will also discuss the theoretical and political shortcomings of the presentist hypothesis, seeking multiple temporalities for a closure of history, and the link that the Anthropocene brings to historiography, situated in the discourses of a fatalism of history. Finally, this paper proposes ways of reconfiguring our bond with time beyond a closure of history in itself, working on other ways of reflecting on the experiences of time in contemporary times.

**Palabras clave/Keywords:** Crisis, Time, Contemporary.

### Introdução

A importância de abordar e discutir as linhas interpretativas da experiência do tempo histórico é bastante conhecida, pois em cada sociedade e cada época possuem uma maneira particular de se relacionar com o passado, o presente e o futuro. Tal entendimento decorre do fato de que o tempo histórico não é único e não existe de maneira isolada. De fato, essa é uma construção social, consoante a definição de Koselleck:

A própria singularidade de um tempo histórico único, distinto de um tempo natural e mensurável, pode ser colocado em dúvida. Pois o tempo histórico, caso o conceito tenha mesmo um sentido próprio, está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio. (KOSELLECK, 2006, p. 14)

Em *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006), Koselleck realiza uma extensa análise acerca da configuração da experiência do tempo histórico na modernidade, revelando que o surgimento do tempo histórico moderno proporciona uma ruptura com o tempo no período medieval. Segundo o autor, “a nova experiência da transição se caracteriza por duas noções especificamente temporais: a diferença de qualidade que se espera para o futuro, e, associada a isto, a mudança dos ritmos temporais da experiência: a maior rapidez com que o tempo presente se diferencia do passado.” (KOSELLECK, 2006, p. 288). Dessa forma, com base nas categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativas<sup>2</sup>, o autor defende que, durante o período da modernidade,

---

<sup>2</sup>Segundo Koselleck, essas duas categorias “indicam a condição humana universal; ou, se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada.” (KOSELLECK, 2006, p. 308). E complementa seu argumento, concluindo que a partir da tensão entre o espaço de

houve uma ruptura com a concepção de tempo cíclico e escatológico cristão. Isso significa que o passado não exerceria mais a mesma influência sobre as ações no presente, ou seja, a chamada história *magistra vitae* perderia seu espaço. Em contraposição, o futuro se torna um repertório de possibilidades, ao alcance da humanidade, para que esta o transforme, a partir de noções como utopia, progresso, revolução, entre outras, que passam a dar movimento e sentido à história. Conforme Koselleck, uma das principais características do tempo histórico moderno seria a ideia processual e linear da história, bem como a noção de progresso universal que levaria ao aperfeiçoamento da humanidade. (KOSELLECK, 2006, p. 317)

Semelhante a Koselleck, François Hartog, em sua obra *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo* (2013), apresenta análises histórico-temporais estabelecidas pela categoria "regimes de historicidade". De acordo com o autor, tal categoria representa um instrumento heurístico para analisar as transformações nas relações entre passado, presente e futuro ao longo da história. De acordo com o autor:

Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos da crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro. (HARTOG, 2013, p. 37)

François Hartog apresenta a partir de sua hipótese do presentismo, busca evidenciar que, após 1989 - ano da queda do Muro de Berlim e evento este, apontado pelo historiador como "uma fenda na ordem do tempo" - houve um acentuamento das disposições que caracterizam nossa época como presentista. A crise do sentido do futuro é uma evidência dessa questão:

Pouco a pouco, contudo, o futuro começava a ceder terreno ao presente, que ia exigir cada vez mais lugar, até dar a impressão recente de ocupá-lo por inteiro. Entrávamos então em um tempo de supremacia do ponto de vista do presente: aquele do presentismo, exatamente (HARTOG, 2013, p. 142).

De acordo com a tese de Hartog (2013), há uma ruptura na contemporaneidade, semelhante àquela observada no período moderno, em nossa relação com o tempo. Anteriormente, fazíamos parte de um regime futurista, que caracterizou a modernidade como uma busca incessante pelo futuro, acelerado pela noção de progresso. No entanto, no contexto do presentismo, é possível identificar

---

experiência e horizonte de expectativas "de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico." (KOSELLECK, 2006, p. 313)

tensões, uma vez que ele pode ser caracterizado como uma temporalidade aberta, portanto, passível de mobilidades. Ademais, é possível que ocorra o fechamento da sociedade, o que resultaria em uma sobrevivência estagnada.

O presente, portanto, torna-se o horizonte, o palco de todos os acontecimentos, onde o agora se sobressai em relação ao passado e ao futuro. Nesse cenário, Hartog aborda a memória e o patrimônio, pois, conforme o autor, a partir de 1980 — data considerada o ano do patrimônio na França —, a memória ocupa uma posição de destaque na experiência temporal. Para Hartog, tal fato constitui um sintoma, uma vez que, durante tais períodos, torna-se imperativo conservar o meio ambiente e os lugares de memória, que integram a musealização — os patrimônios — para que se multipliquem.

A noção de monumento histórico compreende a criação de arquitetura isolada tanto quanto o sítio urbano ou rural que testemunha uma civilização particular, uma evolução ou um evento histórico. Ela se estende não somente às grandes criações, mas também as obras modestas que adquiriram com o tempo uma significação cultural. (HARTOG, 2013, p. 235)

No presentismo, segundo Hartog, o presente se sobrepõe ao passado e futuro, sendo assim, o passado deixa de ter a capacidade de produzir sentido no tempo presente como forma de orientação. Simultaneamente, a relação com o futuro se torna obscura, perdendo-se a capacidade de romper e produzir algo novo<sup>3</sup>, o que gera ansiedade e temor pelo que está por vir (HARTOG, 2013, p. 15). Nesse sentido, observa-se a emergência de um presente contínuo, o que pode ser evidenciado pela valorização do imediatismo. Conforme destacado por Hartog, "todo acontecimento pode ser considerado um evento histórico", ou seja, o presente tornou-se o horizonte, "sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato". (HARTOG, 2013, p. 148)

Com base na hipótese de Hartog, diversos autores têm se dedicado a estudar o tema, buscando compreender como a experiência do tempo é interpretada. Georges Minois, por exemplo, problematiza as imagens de um futuro em crise numa sociedade presentista. Em sua obra *História do*

---

<sup>3</sup> Marcelo Rangel e Thamara Rodrigues em seu texto “Temporalidade e crise: sobre a (im)possibilidade do futuro e da política no Brasil e no mundo contemporâneo” (2018) vão argumentar que na contemporaneidade ainda existem mudanças ocorrendo, portanto, se diferenciam das mudanças aceleradas que ocorriam na modernidade, trazendo assim, uma sensação de estagnação. Nas palavras dos autores: “A sensação de “estagnação” não diz respeito à ausência de novos fatos ou experiências, pois eles continuam aparecendo e são próprios a qualquer temporalidade. A estagnação que hoje contrasta com a aceleração do tempo moderna diz respeito ao enfraquecimento da expectativa de que esses fatos possam abrir uma transformação efetiva e progressiva da história.” (RANGEL; RODRIGUES, 2018, p. 69)

*Futuro - Dos profetas à prospectiva* (2015), o autor propõe uma perspectiva distinta sobre a experiência do tempo histórico, pois Minois discute o uso do futuro como uma forma de terapia social, estabelecendo um diálogo com a história. Em concordância com o autor, o futuro não se caracteriza como uma categoria abstrata, mas sim como um agente histórico, com o potencial de integrar uma diversidade de previsões existentes. Dessa maneira, Minois defende a existência de uma politização do futuro, que pode ser observada ora como algo celebrado, ora como pessimista. Tal indagação nos conduz a uma reflexão sobre o tipo de futuro ao qual as pessoas estão dispostas a confiar e como tal disposição transforma nossa percepção do tempo e da própria história. Para Minois:

O pessimismo contemporâneo não interessa apenas ao conteúdo do futuro. Ele diz respeito também à capacidade de prever do homem. A discussão sobre a razão, a hipercrítica e o ceticismo, somados à constatação dos repetidos erros de toda a sorte de previsões, conduzem a uma discussão global da possibilidade de prever. (MINOIS, 2015, p. 645)

Ainda que o futuro constitua um estrato temporal ainda não experimentado, ele é objeto de disputas, demonstrando as *políticas do tempo* (Mudrovic, 2019)<sup>4</sup>. Diante do exposto, o futuro, segundo Minois, apresenta-se como um elemento capaz de interferir em projetos e ações cotidianas, demonstrando uma nova forma de se relacionar com o tempo e com a história.

Outros diagnósticos, diante dessas discussões acerca do futuro, tornaram-se centrais no debate sobre o tempo histórico. Zoltan Simon (2020) em suas análises vai realizar o diagnóstico de que, na contemporaneidade, a radicalidade do futuro prevalece. Para Simon, o contemporâneo está repleto de mudanças sem precedentes, as quais não sabemos para onde vão nos levar, tais como “tecnologias digitais, inteligência artificial, perspectivas de emulação cerebral, bioengenharia e biologia sintética, o antropoceno e as alterações antropogênicas no sistema terrestre parecem desafiar todos os nossos sistemas de crença e o alcance dos conceitos com que entendemos o mundo” (SIMON, 2020, p. 02).

Com base na discussão apresentada, é possível afirmar que Simon (2020) sugere o termo “mudanças sem precedentes” com o objetivo de demonstrar que o futuro transcende nossos conceitos e entendimentos da natureza histórica. O autor argumenta que, nas sociedades ocidentais, prevaleceu por muito tempo uma noção de história processual e cumulativa, ou seja, uma evolução contínua de melhorias. Contudo, após os eventos das duas grandes guerras, esse argumento teria perdido força

---

<sup>4</sup> Ao mobilizarmos o conceito de *Políticas do Tempo*, estamos trabalhando a partir do referencial teórico da historiadora María Inés Mudrovic, que segundo autora, podemos definir as *Políticas do Tempo* como, “um conjunto de operações que, ao mesmo tempo em que sanciona o que é próprio ou característico do presente, constrói um “outro”, excluindo-o diacronicamente ou sincronicamente desse presente. O outro é anacrônico.” (Mudrovic, 2019, p. 458, tradução nossa)

para muitos teóricos, especialmente para Hartog. Desse modo, o presente se transborda entre passado e futuro, impedindo uma transformação histórica., contudo, Simon aponta que, "o que as teorias citadas indicam é que a condição atual das sociedades ocidentais, que não estão mais sujeitas à mudança no decurso do tempo, são, na realidade, *a-históricas*." (SIMON, 2021, p. 143). Dessa forma, Simon argumenta que tal mudança nas percepções de historicidade está diretamente relacionada aos desafios contemporâneos, tais como questões ecológicas e tecnológicas. Tais eventos, por sua vez, são disruptivos, demandando novas formas de compreender o tempo. A transformação do tempo histórico é caracterizada por um crescente reconhecimento da temporalidade eventual, à medida que a visão processual perde força. Esse reconhecimento de mudanças não apenas redefine o conceito de histórico, mas também oferece uma nova forma de interpretar os desafios e oportunidades que definem a experiência humana na contemporaneidade.

Torna-se imprescindível não apenas o debate acerca da experiência do tempo na contemporaneidade, mas também o aprofundamento em discussões que contemplem as crises climáticas. Tal questão se aproxima do diagnóstico de crise do tempo presente, apontado por Hartog. Isso porque alguns autores enxergam a crise da história como um fim, anunciando um fechamento da história nela mesma. A nova era geológica, também conhecida como Antropoceno, foi diagnosticada e nomeada pelos pesquisadores Eugene F. Stoermer e Paul Crutzen. O Antropoceno representa uma mudança de paradigmas sobre a nossa relação com o planeta terra, não só no aspecto político, mas também na própria noção de habitualidade, e indisponibilidade de existência de humanos e não humanos no planeta.

Em última análise, as discussões acerca da prevalência do presente e da crise do futuro estão relacionadas à disponibilidade da história. Conforme Koselleck (2006), a história era concebida, anteriormente à modernidade, como um destino imutável, um conceito que não permitia interferências. No entanto, tal perspectiva se modificou no período moderno, quando a história adquiriu contornos distintos, com conceitos como progresso e aceleração assumindo papéis significativos, tornando assim, a história disponível e passível de transformação pelo homem. Com as transformações ocorridas na modernidade, como as revoluções Francesa e Industrial, esse pensamento começa a se transformar: "não obstante, que alguém faça história é uma expressão moderna, que não podia ser formulada antes de Napoleão, ou mesmo antes da Revolução Francesa" (KOSELLECK, 2006, p. 234). Diante do exposto, infere-se que a ideia de que é possível fazer/escrever a história emergiu como uma experiência/expectativa moderna.

Nessa perspectiva, Koselleck (2006) nos mostra no capítulo, *Sobre a disponibilidade da história*, que houve diferentes formas de se relacionar com a disponibilidade da história na modernidade em virtude dos níveis de se realizar a história. Marx e Bismarck, de forma semelhante, acreditavam que era possível o ser humano fazer história, embora não livremente, pois existiriam condicionamentos, a saber: seu caráter de incompletude e o inacabamento. Já Hitler e Roosevelt colocam a história em total disponibilidade como algo capaz de ser totalmente manejado.

A partir do momento que acreditamos na disponibilidade da história com limitações, a história ainda se mostra aberta, passível de mudanças. Desse modo, é necessário analisarmos o que mudou no século XXI, como a sociedade contemporânea tem se relacionado com a disponibilidade da história e como isso implica um futuro aberto ou fechado. Nas palavras de Koselleck:

Na história sempre ocorre mais ou menos do que está contido nas condições previamente dadas. Sobre este mais ou este menos opinam os homens, queiram ou não. Mas as condições prévias não se modificam. Quando isto ocorre, elas se modificam tão lentamente e em prazos tão longos que se subtraem à disposição direta, à possibilidade de se fazer a história. (KOSELLECK, 2006, p. 246)

Diante do exposto, é possível afirmar que a contribuição de Hartog se mostra relevante no que diz respeito ao fomento do debate acerca do tempo histórico e seus diagnósticos no século XXI. Ademais, embora não seja o único, seu debate apresenta grande relevância no campo da Teoria da História e História da Historiografia. Dessa forma, percebe-se que tais diagnósticos contemporâneos sinalizam uma crise do propósito da história, ou seja, uma orientação futurista que condensaria seu sentido. Em síntese, o presente estudo aborda a questão da disponibilidade da história, nos termos de Koselleck, propondo formulações que serão denominadas de insuficiências teórica e política na hipótese presentista.

### **Limites ontológicos da hipótese presentista**

A hipótese do presentismo apresenta como uma de suas principais características a tendência à homogeneização da experiência temporal. Os autores Mateus Pereira e Valdei Araujo apresentam essa análise em sua obra *Atualismo 1.0: Como a Ideia de Atualização Mudou o Século XXI* (2018), estabelecendo um diálogo com a filosofia heideggeriana. Conforme destacado pelos autores, "a categoria, o presentismo, permite-lhe falar em uma perspectiva global sobre todo o século XX com uma quantidade muito limitada e homogênea de evidências e provas." (ARAUJO; PEREIRA, 2018, p.



75). Com base na proposta do Atualismo e na noção de uma temporalidade inautêntica, Araujo e Pereira identificam distintas formas de o *ser-aí* se relacionar com a temporalidade no mundo contemporâneo, considerando as configurações do presente (como atualização), do futuro (como espera) e do passado (como esquecimento ou lembrança). Nesse sentido, os autores aprofundam a crítica à hipótese presentista, ao analisarem o tempo sob uma perspectiva ontológica e evidenciam que François Hartog, ao formular seu conceito, desconsidera a pluralidade das manifestações da historicidade e a própria situação existencial do *ser-aí* em seu mundo. Tal situação é comprovada "em Heidegger, a disposição aparece como a primeira forma de o *ser-aí* se relacionar com o mundo circundante; antes mesmo de qualquer compreensão, interpretação ou discurso, o *ser-aí* está em alguma disposição afetiva, afinado por algum clima" (ARAUJO; PEREIRA, 2018, p. 83). Dessa forma, embora o presente possa adquirir certa predominância na experiência temporal do *ser-aí*, ele nunca se isola das demais dimensões da temporalidade — passado, presente e futuro —, uma vez que o existir humano está sempre em aberto para a mudança e para o jogo constante entre essas três dimensões.

Levando em consideração o que foi dito, a hipótese presentista acaba por sugerir uma homogeneização do tempo. Ao caracterizar nosso tempo como presentista, Hartog se fecha para outras dimensões do ser em se relacionar com tempo. Araujo e Pereira (2018), nesse viés, nos demonstram que, “na confusão do medo tendemos a esquecer de nossas possibilidades, reduzindo-as ao seu *aí* mais imediato, que imaginamos estar em risco. Ao confundir-se com o seu *aí* o humano perde o que lhe é mais próprio, ou seja, seu poder ser” (ARAUJO; PEREIRA, 2018, p. 85). Em outras palavras, ao caracterizar o tempo contemporâneo como presentista, François Hartog indica uma indisponibilidade da história em relação ao futuro, na medida em que o *ser-aí* perde sua capacidade de projetar-se e agir, restringindo-se à experiência imediata do presente e desconsiderando as demais disposições temporais que continuam a operar na constituição da existência.

A partir da tese do Atualismo, Araujo e Pereira propõem uma nova perspectiva sobre a temporalidade histórica na contemporaneidade, fundamentada na ideia de uma forma inautêntica de relação com o tempo. Diferenciando-se de François Hartog, os autores argumentam que este se limita a compreender o presente como a única dimensão disponível para o *ser-aí* se relacionar com a história. Na hipótese atualista, o presente se configura como uma constante atualização — uma sucessão vazia de instantes, carente de novidade efetiva — enquanto o futuro é concebido como uma espera pelo advento de algo novo, como os autores apontam “o futuro atualizado é o presente 2.0.” (ARAUJO;



PEREIRA, 2022, p. 75). O passado, por sua vez, perde sua função ativa na constituição de sentido para o sujeito, reduzindo-se a uma condição de esquecimento ou de lembrança.

Tal abordagem possibilita a problematização de certas características notáveis da experiência contemporânea, tais como a sensação de estagnação ou obsolescência, decorrente do avanço tecnológico contínuo. Tal dinâmica intensifica a percepção de atraso e de deslocamento temporal, à medida que o sujeito se vê compelido a acompanhar, em tempo real, um fluxo contínuo de informações, frequentemente marcado pela efemeridade. Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, na lógica dos noticiários, que anunciam novos acontecimentos a cada minuto, reforçando a urgência de uma atualização constante. Nesse contexto, como salientam Araujo e Pereira (2018, p. 56), torna-se quase imperativo "estar informado o tempo todo", sob o risco de exclusão ou anacronismo em relação ao próprio tempo. De acordo com os autores:

No fluxo contínuo de novidades a que nos entregamos hoje nas redes sociais, essa interrupção é impossível, bem como a aceleração tecnológica tornada rotina parece perder sua capacidade de acentuar os relatos. Se tudo muda muito rapidamente, mas sem quebrar as expectativas, se a própria mudança se torna a expectativa, o tempo pode desacelerar e se aproximar de um novo tipo de imemorial: o atualismo? (ARAUJO; PEREIRA, 2018, p. 56)

A dimensão do atualismo nos traz novas configurações para o tempo presente, dado que a busca por atualização se torna uma ferramenta política no cenário brasileiro e no mundo<sup>5</sup>. Na pandemia de covid-19, isso ficou notável pelo governo Bolsonaro, o qual disseminava *fake news* sobre a situação, atualizando notícias a cada instante para legitimar seu discurso político. O espaço digital, nessa perspectiva, se tornou um local em que todos têm acesso às informações, no entanto, “também se pode perceber uma tendência a acreditar que a informação mais atual, as *news*, são sempre mais verdadeiras, o que muitas vezes faz com que uma notícia não tenha sua veracidade verificada antes do seu compartilhamento em massa (ARAUJO; PEREIRA, 2021, p. 18)

De maneira semelhante, Rodrigo Turin, por meio da publicação de 2016 denominada “As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade”, aponta críticas nos

---

<sup>5</sup> Em trabalhos mais recentes, como “O Passado como Distração: Modos de Vestir a História no Neo-populismo Brasileiro” (2022), Mateus Pereira e Valdeir Araujo aprofundam a reflexão sobre os efeitos da dinâmica atualista no campo político. Ao analisar a atuação de Jair Bolsonaro na política brasileira, os autores demonstram como a historicidade atualista — caracterizada pela agitação, dispersão e sucessão acelerada de eventos — tornou-se um recurso estratégico para o bolsonarismo ativar e mobilizar sua dimensão populista, articulando grupos diversos sob uma mesma lógica discursiva. Nesse contexto, as mídias sociais desempenham um papel central, ao permitir a sincronização de diferentes sujeitos em ambientes digitais, nos quais se fabricam fatos, desconstroem narrativas, negam evidências e direcionam ataques a opositores políticos.

aspectos normativos da hipótese presentista. Primeiramente, ele afirma que Hartog confunde a historicidade do tempo com o caráter historiográfico. Vejamos:

Os diagnósticos que Hartog elabora apontam para uma relação distinta. Sua leitura das expressões historiográficas do regime moderno de historicidade, assim como das experiências denominadas de “presentistas”, ainda que possam ser problematizadas (como veremos) por sugerir uma linearidade ou homogeneidade, não incidem em nenhum substrato universal ou ontológico que condicionaria uma normatividade ao presente. (TURIN, 2016, p. 596)

Outro risco da normatividade é designar nosso tempo como presentista. Dito isso, Hartog corre “justamente o risco de um congelamento e universalização de nosso tempo.” (TURIN, 2016, p. 596-597). Assim, tal qual classificar nosso tempo, seria interessante pensar as convivências e as forças atuantes e convergentes para não cair no problema que Turin identifica:

De todo modo, é preciso reconhecer que talvez a situação mais paradoxal e difícil em uma investigação sobre o tempo e, mais especificamente, sobre a historicidade é que eles não podem ser percebidos como objetos autônomos. Só se pode falar deles falando de outra coisa. Afinal, o tempo não é nada mais do que a forma interna de processos e experiências. Assim, querer abstrair e universalizar o tempo e a historicidade enquanto objetos é cair em um vão linguístico de difícil saída. (TURIN, 2016, p. 598)

O objetivo, nesse contexto, é destacar que, em grande medida, o tempo tem sido utilizado por muitos historiadores apenas como uma ferramenta de classificação cronológica<sup>6</sup>desconsiderando seu caráter existencial e interno à experiência humana. Assim, torna-se fundamental que o historiador compreenda o tempo histórico em suas dimensões políticas e existenciais. É imprescindível reconhecer a multiplicidade dos tempos (SALOMON, 2018), de modo que, se torne possível uma abordagem mais crítica acerca dos estudos sobre o tempo histórico.

### **A dimensão política como desafio à hipótese do presentismo**

---

<sup>6</sup> Para ilustrar essa problemática, recorremos às discussões de Walderez Ramalho em seu trabalho “*Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade*” (2023), no qual o autor chama a atenção para certas limitações associadas à prática da história do tempo presente. Segundo Ramalho, a maneira como muitos historiadores mobilizam passado e presente na constituição desse campo de estudos resulta, frequentemente, em uma homogeneização do tempo histórico. Tal operação, conforme aponta, não é neutra: implica uma mobilização política do tempo, ao mesmo tempo em que negligencia a pluralidade temporal que atravessa as experiências humanas. Nesse sentido, nas palavras que Ramalho encerra seu trabalho (2023, p. 17) “Em vez de assumir a fronteira entre passado e presente como um princípio normativo básico de toda interpretação histórica, a história do tempo presente pode *tematizar* as fronteiras temporais como objeto de investigação, produzindo estudos sobre como os atores sociais estabelecem significados para o seu presente na relação com outros sujeitos e outros tempos (passados e futuros). No lugar de um presente histórico definido como uma unidade homogênea demarcada por um começo/marco de início, trata-se aqui de assumir a policronia constitutiva da experiência temporal e a não-contemporaneidade do presente a si mesmo, de modo a revelar a densidade de suas historicidades plurais e dissonantes.

A hipótese presentista proposta por François Hartog se baseia em uma prevalência do presente em relação ao passado e ao futuro. Nesse contexto, a tese do presentismo revela uma crise do sentido do futuro, suscitando inúmeras indagações sobre o porvir. Dentre elas, destaca-se a possibilidade de generalização da definição de Hartog sobre o futuro. A reconfiguração de uma imagem do futuro que se apresentaria necessariamente fechada é uma possibilidade? Diante dessas questões, é preciso discutir como a hipótese presentista fecha as novas possibilidades para o futuro e como isso implica uma insuficiência na dimensão política do presentismo. Isso porque, conforme discutido, o tempo histórico é composto por assimetrias, sendo, portanto, primordial politizá-lo.

Marcelo Jasmin, em seu texto “Futuro(s) Presente(s)” (2013), nos instiga a refletir sobre nossa relação com o futuro, apresentando uma perspectiva que mescla preocupação e uma sensação de “angústia”, mas que se distancia da maneira como o sujeito moderno concebia o futuro. O autor apresenta uma abordagem para a projeção do futuro que diverge da proposta por Hartog, porém igualmente relevante, uma vez que é necessário estar atento às possíveis reconfigurações do futuro que ultrapassam a noção de um futuro pré-definido.

Nesse sentido, Jasmin menciona uma pluralização do futuro, dado que, se a modernidade nos mostra a imagem do futuro num sentido teleológico, nosso tempo evidencia certa pluralização do futuro. O futuro, tensionado pelos embates em torno da crise climática, pelas atualizações tecnológicas e pela reinvenção permanente do capitalismo, entre outras disposições, emerge de modo multifacetado, fazendo com que Jasmin chame a atenção para a responsabilidade e o cuidado com aquilo que habitamos e nos habita no percurso do tempo.

Danilo Marques também formula uma proposta de diagnóstico do contexto contemporâneo no texto “No future: esboços para uma ação política no 'novo tempo do mundo'” (2016) em consonância com o autor, é oportuna a avaliação de uma reinvenção crítica do futuro de maneira emancipatória. Marques aborda essa discussão e traz o pensamento de Ernst Bloch, demonstrando que o futuro e o presente se mesclam, resultando no tempo futuro-presente. Isso significa inscrever no presente a perspectiva do novo:

Portanto, em vez de referendar um futuro indeterminado e longínquo, o conceito blochiano, inscreve no presente a perspectiva do *novum*: uma possibilidade incerta, embora jamais neutra. E é esta incerteza não neutra que dá forma à concepção segundo a qual cada momento está repleto de possibilidades, e que, por isso mesmo, é importante não desperdiçar a chance específica de transformação oferecida em cada instante vivido. (MARQUES, 2016, p. 51)

Em outra obra, Paulo Arantes, em ‘O novo tempo do mundo’ (2014), propõe um novo tempo do mundo. O autor afirma que as décadas de 1970 e 1980 marcam a divisão entre o antigo e o novo tempo, que, para o autor, consiste em expectativas decrescentes. Com o advento da pós-modernidade, presenciamos o início de um processo denominado destemporalização do tempo histórico. A espera, outrora característica fundamental da modernidade, cede lugar à era das expectativas decrescentes, fortemente associada ao avanço das novas tecnologias.

Nessa perspectiva, Arantes se opõe à tese defendida por Fukuyama, não concordando com a ideia de que a história tenha um fim. Em resposta à teoria apresentada por Fukuyama, Arantes expõe a continuidade da História frente à narrativa neoliberal da pós-história. Isso porque o mundo pós-histórico apresenta uma extensa zona de sombra, onde a História se manifesta no contexto de desigualdades e assimetrias. Conforme Arantes (2014, p. 34), "são as imensas manchas brancas no mapa da vida material e econômica que permanecem à margem da 'história triunfante'".

Paulo Arantes apresenta as temporalidades subjugadas, o que remete à discussão de Rodrigo Turin em sua obra “Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal acerca das assimetrias temporais” (2019), acerca das assimetrias temporais, ou seja, sobre o que é ou não tido como contemporâneo. Conforme Turin, é necessário reconhecer que o contemporâneo é composto por diversas forças e que o tempo é um alvo de políticas. A discussão proposta por ele é de suma importância para avaliarmos as dimensões da política do tempo, uma vez que a decisão sobre o que é contemporâneo tem raízes étnico-políticas, e o que chamamos de contemporâneo tem fragmentos do não contemporâneo. Diante do exposto, Turin aborda os desafios inerentes à indagação acerca da experimentação do tempo na contemporaneidade:

Tudo isso mostra, enfim, como é embaraçosa hoje a tarefa de indagar o “nosso tempo”. Estamos em uma situação em que é, ao mesmo tempo, urgente e problemático lidar com a categoria do contemporâneo. Uma saída possível é pensar a contemporaneidade como uma cointemporalidade, isto é, como uma “concordância de tempos múltiplos”, marcada por uma “multiplicidade não resolvida”. (TURIN, 2019, p. 11)

Turin (2019) defende a hipótese de que o avanço das tecnologias e a aceleração experimentada nos últimos anos resultaram em um período histórico caracterizado por ritmos desconexos. Conforme o historiador, o tempo histórico não pode ser percebido de maneira natural ou normativa, mas sim como um instrumento de força política.

Em concordância com tal abordagem, Jérôme Baschet, em “La rebelión de la memoria. Temporalidad e historia en el movimiento zapatista” (2012), propõe o regime do “presente perpétuo” como o que caracteriza o neoliberalismo pós-moderno. Para Baschet, perder a ideia de futuro proposta pela modernidade não significa, de fato, perder o futuro. Porém, é necessário trazer passado e futuro para compor organicamente o presente. Dessa forma, de acordo com Baschet, é possível identificar uma tentativa de compor um tempo conjunto. A partir do movimento Zapatista, Baschet reconhece o passado como uma possibilidade de abrir outras possibilidades de futuros (BASCHET, 2012, p. 226), sendo assim, “O passado não é invocado como algo separado, mas como um passado vivo que ainda é relevante e fala ao presente.” (BASCHET, 2012 p. 232, tradução nossa). Para Baschet, a forma como o movimento Zapatista articulam o tempo, nos fornecem uma nova maneira enfrentar esse tempo acelerado neoliberal, saindo de um presente perpétuo, e mais do que isso, nos permite explorar novas possibilidades de futuros para além de um fechamento da história.

Em síntese, para Marcelo Jasmin, Danilo Marques, Paulo Arantes, Rodrigo Turin e Jérôme Baschet, a hipótese presentista perde de vista as políticas que disputam o tempo histórico. Conforme discutido anteriormente, os autores apresentam propostas distintas de experimentação e ressignificação do tempo. Não obstante, suas projeções acerca do futuro se diferem do presentismo, pois o presentismo aponta para um futuro fechado e em crise. Se aproximando da discussão, Luisa Rauter em “Fissuras do Presentismo: Mudança Histórica nos Protestos Políticos Contemporâneos” (2021), critica fortemente esse caráter universalizante, mas principalmente de despolitização que a hipótese presentista carrega, Rauter pelo contrário, reconhece que as disputas pelas políticas do tempo estão mais do que nunca, em destaque na contemporaneidade, principalmente a partir dos movimentos ativistas, segundo a autora

O presentismo, portanto, não é uma descrição neutra da realidade, mas uma ação performática de ordenamento temporal fruto, em grande medida, da estabilização de um certo projeto de mundo vencedor: o capitalismo neoliberal e a liberal democracia. Portanto, devemos sempre deixar nossas análises do contemporâneo serem permeadas pelas tensões que constituem todas as situações históricas, seus múltiplos projetos e modos de vida em disputa, a fim de que a realidade possa ser considerada, não como a implantação inequívoca de um modo de vida (...) nesse esforço, prestar atenção aos movimentos populares, protestos políticos e ativismos, à esquerda e à direita, que marcaram esta década, se torna imperativo para a teoria da história. (PEREIRA, 2021, p. 10)

Seguindo nessa direção, Luisa Rauter daria continuidade ao seu argumento em um trabalho conjunto com Géssica Guimarães, debatendo a experiência do tempo histórico contemporâneo em seu texto “Ativismo, Movimentos Sociais e politização do tempo – Possibilidades dos feminismos no

Brasil contemporâneo” (2021). As autoras apresentam como os movimentos sociais trazem uma reconfiguração das formas de historicidade, ou, conforme Guimarães e Rauter, como o ativismo político transforma a maneira de a sociedade se relacionar com o passado, com o presente e com o futuro. Como resultado, Géssica Guimarães e Luísa Rauter (2021) certificam que as mulheres têm sido a força motriz para movimentos e manifestações políticas. Esses movimentos podem reconfigurar toda a experiência temporal, uma vez que apresentam novas narrativas ao passado, mudam o presente e alteram o futuro, rearticulando as fronteiras temporais. Nesse viés:

Não seria exagero afirmar que os momentos de maior ativismo são igualmente momentos de reconfiguração das formas da historicidade, isto é, das maneiras pelas quais as sociedades políticas repensam as dimensões do passado, projetam seu futuro e produzem novos sentimentos de continuidade e mudança histórica. (GUIMARÃES; RAUTER, 2021, p.51)

As autoras apresentam uma série de movimentos sociais que seriam uma nova forma de fazer política, como as manifestações ocorridas na Praça Tahir, no Egito, o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e as manifestações de 2013 no Brasil. Os movimentos sociais interferem na experimentação do tempo histórico e restauram a capacidade de projeção de futuros coletivos, rompendo com a ideia da experimentação do tempo histórico como falta, ou seja, como uma atemporalidade. Como afirmam Guimarães e Rauter, “Trata-se de oportunidades para renarração do passado, irrupção de novas historicidades, num movimento de reabertura do campo interpretativo sobre a experiência coletiva capaz de rearticular as fronteiras temporais vividas. (GUIMARÃES; RAUTER, 2021, p. 52)

Vale dizer que a mudança de tempo histórico provocada por movimentos sociais sempre foi vista na história. A historiografia moderna conceituava os movimentos de grupos sociais de impacto como uma marca para um "novo tempo", como foi o caso da Revolução Francesa, que inaugurou uma nova era. De fato, a percepção coletiva sobre o futuro tem se modificado. Não se observa um grande movimento à espera de uma virada para um novo mundo, conforme visto na modernidade. No entanto, a mudança na organização coletiva norteadora e a constante atualização pelas redes sociais não significam uma total despolitização da sociedade. Portanto, o embate político não se materializa em uma única ação, podendo se manifestar de maneira recorrente. Essa recorrência pode ser observada nas militâncias cotidianas das mulheres buscam “desnaturalizar certezas e condutas cristalizadas em nossa sociedade e que tem colaborado para processos históricos de exploração e marginalização das mulheres” (GUIMARÃES; RAUTER, 2021, p.59).

Guimarães e Rauter destacam os movimentos feministas, ressaltando como esses movimentos desafiam a racionalidade neoliberal e demonstram, sobretudo os contemporâneos, uma relação entre o tempo e a política. As autoras trazem a ideia de que "o pessoal é político" e unem passados comuns com o intuito de construir um futuro coletivo. Dessa forma:

Perceber-se enlaçada a uma estrutura pode ser um ponto de partida para atravessar camadas do tempo, buscando genealogias e descontinuidades, mas também para reconhecer ancestralidade e construir solidariedades que perpassam estratos temporais. (GUIMARÃES; RAUTER, 2021, p. 60)

Em vista disso, a percepção das diversas colonialidades e a tentativa de descolonizar têm sido prova de uma luta contra o patriarcado, a heteronormatividade e inúmeras injustiças que encarceram as mulheres. Ao olhar para esse passado de construção simbólica, estamos, portanto, evidenciando um tempo histórico de repressões que permaneceram e, ao olhar no sentido da desconstrução desses instrumentos de dominação, notamos uma abertura no tempo histórico, porque se abrem possibilidades de perspectivas futuras mais livres. Percebemos, nesse cenário, uma mudança na conjuntura temporal, dado que “o tempo expresso na fala dessas mulheres não é o tempo do acontecimento, a curta duração, nos termos da dialética da duração de Braudel, mas o tempo da permanência, a longa duração de opressões e resistências que marcam esses corpos (GUIMARÃES; RAUTER, 2021, p.59). Além disso, as autoras destacam a importância da experiência nos movimentos feministas e argumentam que essas vivências não são individuais. Conforme observado por Guimarães e Rauter, tais permanências e continuidades estão arraigadas ao corpo. As autoras destacam, a partir disso, a relevância da categoria "lugar de fala" e como essa categoria se relaciona com a experimentação do tempo. Dessa forma, o discurso do "lugar de fala" não objetiva excluir ou impedir outros discursos, visto que, segundo as autoras, eles contribuem para a formação de uma experiência coletiva.

Guimarães e Rauter (2019) defendem que a hipótese presentista se mostra insuficiente politicamente, pois não reconhece que "os corpos falam" e não identifica, em termos teóricos, a dimensão da experiência e do vivido como outras faces da temporalidade. A seguir, as palavras das autoras:

Nosso objetivo neste ensaio foi apresentar aspectos dos movimentos feministas atuais que revelam uma relação com o tempo e com a política que não podem ser restritas às respostas dadas pelas hipóteses presentistas. A dimensão estrutural e interseccional confere outra relação com o passado e o futuro, diversa daquela indicada pelas noções de fechamento, dívida e de fruição estética apresentadas por Hartog e Gumbrecht. (GUIMARÃES; RAUTER, 2021, p. 66)



Pode-se concluir que os movimentos sociais contemporâneos não atuam mais sob a lógica modernista de mobilização física em dias específicos ou momentos pontuais de revolução, mas se manifestam cotidianamente, por meio de práticas de desconstrução e reinvenção nos mais diversos espaços e ambientes. Nesse sentido, Guimarães e Rauter destacam que as noções de fechamento do futuro não se aplicam a essas dinâmicas, uma vez que, ao reivindicar pautas feministas e integrar distintas expressões de feminismo em sua luta, esses movimentos ampliam as possibilidades temporais, abrindo espaço para a continuidade e fortalecimento das reivindicações nas gerações futuras. Além disso, evidencia-se a constituição de uma luta individual inserida no coletivo: cada mulher, a partir de suas experiências e demandas singulares, contribui para a desconstrução de estruturas específicas, compondo um movimento plural, no qual diferentes temporalidades e narrativas se entrelaçam, rompendo com uma linearidade histórica tradicional.

### **Um anúncio do fim**

É inegável a importância da contribuição de François Hartog para o debate sobre o tempo histórico na contemporaneidade, sobretudo por meio dos conceitos de “regimes de historicidade” e da hipótese do “presentismo”. Esta última propõe que, na era atual, o passado perde sua capacidade de orientar o presente<sup>7</sup>, especialmente em uma dimensão política, ao passo que o futuro se apresenta como uma promessa esvaziada, inatingível ou mesmo encerrada. Como resultado, instaura-se uma hegemonia do presente, caracterizada por uma sucessão de eventos desconectados e desprovidos de sentido mais amplo. Essa condição impacta profundamente não apenas a forma como experienciamos o tempo — em suas dimensões de passado, presente e futuro —, mas também a maneira como nos relacionamos com o espaço compartilhado do planeta Terra.

Nesse contexto, o Antropoceno emerge como uma categoria central para a compreensão das experiências temporais na contemporaneidade. Concebida como uma nova era geológica, ela tem sido entendida por diversos autores como responsável por uma desorientação radical da temporalidade moderna. Esta, baseada na crença em uma linearidade progressiva — que conecta passado, presente e futuro em continuidade —, entra em crise diante da intensificação do sentimento de finitude e colapso.

---

<sup>7</sup> Cabe mencionar, que a perda da capacidade do passado orientar o presente já existia no período moderno, contudo, ganha novos contornos na contemporaneidade. Berber Bevernage em “A passeidade do passado: Reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista.” (2021), de acordo com autor, na modernidade, a compreensão do passado era frequentemente mediada através de uma lente historicista que delineava uma clara distinção entre os dois tempos (passado e presente). No entanto, no cenário contemporâneo, o passado se tornando cada vez mais mobilizado em contextos políticos, sociais e culturais, desafiando a concepção tradicional de um passado estático e imutável.

O futuro, antes concebido como horizonte de progresso, torna-se incerto, ameaçador ou inabitável. O ser humano, nesse novo regime, deixa de ser apenas sujeito da história para se tornar também uma força geológica, capaz de transformar o planeta a ponto de comprometer sua própria existência, como registra Rodrigo Turin em “A “catástrofe cósmica” do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea” (2022):

A hiperaceleração social e a expansão planetária da produção capitalista, com sua dependência de uma “natureza barata”, associada a um avanço disruptivo das tecnologias, convergiu para um cenário cada vez mais distópico, acenando para um “mundo sem nós” — esse ponto de virada onde a imaginação falha e para o qual o próprio conceito de história torna-se obsoleto. (TURIN, 2022, p. 142)

A limitação humana para visualizar o passado se somou a uma imprevisibilidade sem precedentes em relação ao futuro, colocando em xeque a disponibilidade da história e caindo em um discurso fatalista, no qual nosso fim estaria anunciado. Isso significa que a forma moderna de se conceber a história não é suficiente para lidar com esses obstáculos emergentes da crise climática, como aponta Turin, “A concepção de que a humanidade deve ser entendida como um agente geológico, mais do que apenas como agente histórico, traz implicações fundamentais, problematizando noções centrais da consciência histórica moderna, tais como as de “disponibilidade da história” e “progresso”.” (TURIN, 2023, p. 706). O Antropoceno, nessa perspectiva, tem trazido desdobramentos plurais nos debates a respeito do tempo histórico, reconfigurando o próprio estar no mundo e criando paradigmas sobre a história, como disciplina e evento. Tendo isso em mente, um dos maiores desafios é pensar em uma visão não antropocêntrica em contraposição ao antropocentrismo que nos acompanha desde a modernidade.<sup>8</sup>

Nesse sentido, a “catástrofe cósmica” não se apresenta num horizonte de expectativa distante, pois se faz presente em uma experiência contemporânea. A crise climática escancara a mortalidade da história, nos obrigando a reconfigurar a forma de estar no mundo, o que pode ser definido como um “fato cosmopolítico total” na medida em que implica “uma catástrofe ecológica, uma tragédia

---

<sup>8</sup> Neste sentido, a historiadora polonesa Ewa Domanska se torna central para pensar essa virada de uma história não-antropocêntrica, a autora nos últimos anos tem se dedicado para problematizar esse tema, buscando descentralizar o humano das pesquisas historiográficas, de acordo Ewa, “O que eu chamo aqui de antropocentrismo é a atitude que apresenta a espécie humana como o centro do mundo, desfrutando de sua hegemonia sobre os outros seres e funcionando como mestres de natureza que existe para atender às suas necessidades. Essa atitude leva ao “especiesismo” (atribuindo valores ou direitos diferentes para os seres na base das suas filiações grupais de acordo com suas espécies) e está relacionada com o tipo de discriminação que é praticada pelo homem contra outras espécies. Idealmente, um paradigma não-antropocêntrico procura descentrar seres humanos e focar em não-humanos como sujeitos da pesquisa (muitas vezes para além do suas relações com os seres humanos). (DOMANSKA, 2013, p. 10)

econômica, uma ameaça política, uma comoção religiosa” (TURIN, 2022, p. 143). Logo, enxergar a história como evento e disciplina mediante o Antropoceno resulta em “um enfrentamento teórico das condições de possibilidade de sua enunciação e seus efeitos, tanto em suas dimensões epistemológicas como sociais” (TURIN, 2022, p. 144).

Muitas discussões que permeiam o debate sobre o Antropoceno se inserem no aspecto normativo desse fim possível. Nomenclaturas como “Antropoceno”, “Gaia”, “Chthuluceno” são denominações empregadas por teóricos na tentativa de compreender e apreender significados diante dessa nova era geológica. Como aponta Tatiana Roque em seu livro “O dia que voltamos de Marte — Uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente” (2021):

O debate sobre a data de início do Antropoceno não é detalhe, pois possui implicações políticas. Se fixada em 1950, a nova época geológica coincide com o início da “grande aceleração”. (...) Deslocar o início do Antropoceno a tempos muito longínquos pode desviar a atenção quanto ao papel da industrialização, que, como vimos nas partes anteriores, só teve impacto global após a Segunda Guerra Mundial.” (ROQUE, 2021, p. 232)

Conforme destacou a autora, os debates do início do Antropoceno se tornam uma tarefa extremamente difícil com diversos caminhos a serem seguidos, mas pretendemos, aqui, pensar em uma compreensão normativa desse período, principalmente seus desdobramentos políticos e suas implicações no próprio modo de existir. Almejamos, também, reconhecer os danos da ação humana no planeta que podem ocasionar a impossibilidade de habitá-lo. Sobre isso, salienta Roque que:

A ideia de Antropoceno se difunde hoje tanto em comunidades de ciências naturais como sociais, fazendo com que dois tipos de problema convirjam: por um lado, as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição e demais questões ambientais; por outro, fatores sociais, como níveis de consumo, aumento das desigualdades e urbanização. (ROQUE, 2021, p. 232)

A autora frisa que o futuro nos oferece riscos climáticos, e esses riscos já causam danos, mesmo sem terem chegado aos seus limites. Em um momento tão delicado, a ciência é colocada em dúvida por muitos grupos. Se, na modernidade, a ciência era capaz de nos direcionar ou apontar para um futuro promissor, como podemos encarar uma ameaça iminente à nossa existência? O futuro é incerto. Nesse contexto, reconsiderar o papel da ciência é crucial. Mais do que adotar a ciência como uma forma de premeditar o futuro, deve-se tê-la como Roque nos diz, por meio de projeções:

Projeções não são previsões pioradas; elas são outro tipo de conhecimento científico rigoroso, só que pouco abordado no ensino acessível a todos — logo, trata-se de uma visão impopular. Aliás, as projeções têm grande vantagem sobre as previsões:

uma projeção depende de nossa ação; portanto, há mais possibilidades de agirmos que nas previsões. (ROQUE, 2021, p. 259)

De maneira igual à Turin, podemos refletir acerca das dimensões plurais que o Antropoceno configura no tempo presente, mais do que uma visão homogênea de catástrofe e pessimismo. Turin menciona os “regimes de historicidades potenciais do antropoceno” e as “políticas do tempo”, fazendo-nos refletir sobre quais historicidades se fazem presente em uma visão unívoca e pessimista em relação ao futuro.

Turin caracteriza, então, o Antropoceno como “uma nova dimensão temporal que vem se colocar ao lado (ou acima) da pluralidade de tempos sociais da contemporaneidade, mas sem se confundir com elas” (TURIN, 2023, p. 709), e ainda reconhece as implicações e os usos políticos das novas categorias que surgem para se pensar a crise climática em seu caráter plural e suas implicações teóricas, políticas e sociais. O autor defende que:

É fundamental, nesse sentido, reconhecer e trabalhar dentro dessa pluralidade, identificando seus lugares de enunciação, suas operações, seus desdobramentos políticos. Pluralidade que não deixa de incluir as outras nomeações que configuram a sua constelação semântica: Capitaloceno, Plantationceno, Tecnoceno, Negroceno, Chthuluceno, entre outras. Reconhecer que as mudanças climáticas e suas nomeações já dependem das articulações em determinados regimes de historicidade torna-se ainda mais importante quando recordamos que esse é um evento/processo ainda em plena realização. Como já foi dito acima, dependendo de qual for o teto do aquecimento climático, poderemos habitar planetas muito distintos. E esses futuros possíveis do planeta têm uma relação estreita com as formas presentes através das quais eles são nomeados e figurados. (TURIN, 2023, p. 712-713)

De forma semelhante, Bruno Latour, em seu livro “Onde aterrar? Como se posicionar politicamente no antropoceno” (2020), faz implicações políticas que surgem por meio da crise climática. Para ele, o novo regime climático nos trouxe uma desorientação do nosso tempo sobre como lidar com as desigualdades provocadas e as dinâmicas políticas que surgem mediante esse fenômeno. Inspirado pelas crises migratórias provenientes do governo Trump, Latour coloca em foco essas pessoas, privadas de ter uma terra para viver. Antes, por meio do discurso moderno de globalização, com a crise climática anunciada, isso cai por terra, pois, mais do que nunca, países como EUA estão se isolando para os outros. Ademais, “o que torna a crise migratória tão difícil de entender é que ela é o sintoma, em maior ou menor grau de aflição, de uma provação comum a todos: a de se descobrir privados de terra”. (LATOUR, 2020, p. 15).

Sendo assim, o discurso moderno cai por terra, principalmente agora, pois a globalização é colocada em dúvida frente a uma “catástrofe cósmica”. Ponderar formas que excedem a política que

visa à proteção de seu território “(...) já não deveria bastar para entrarmos num acordo e prevenirmos as futuras guerras pela apropriação do espaço? Provavelmente não, mas nossa única saída está em descobrirmos juntos qual território é habitável e com quem podemos compartilhá-lo” (LATOURE, 2020, p. 18).

Cabe, a partir desses pontos, ponderar novas formas de habitar o presente, configurando também nossa relação com o futuro, ou seja, como habitar o tempo do fim? Dipesh Chakrabarty, em seu texto “O planeta: uma categoria humanista emergente” (2019), expressa as implicações desse novo regime climático, tais como as novas formas de habitar o mundo. As implicações da modernidade no que tange à relação do homem x natureza como algo distinto trazem, hoje, particularidades na nossa forma de existência, sobretudo a forma como nos relacionamos com o que é “não humano”.

Isso porque o planeta Terra, por muito tempo, foi visto como um objeto à nossa disposição, algo a ser usado e manuseado de acordo com nossos interesses. Em vista disso, mais do que nunca, “encontrar o planeta é encontrar algo que é a condição para a existência humana, mas é profundamente indiferente a essa existência.” (CHAKRABARTY, 2019, p. 13). Vale mencionar que Chakrabarty propõe o conceito de habitabilidade para novas formas de se perceber e estar no planeta, considerando o novo regime planetário, visto que a “habitabilidade não se refere aos seres humanos. Sua preocupação central é a vida – a vida complexa, multicelular, em geral – e o que a torna sustentável, e não só para os seres humanos.” (CHAKRABARTY, 2019, p. 46).

Contudo, mais do que nunca, é importante buscar formas de se relacionar com o mundo e com suas historicidades emergentes, uma condição para a existência humana, uma vez que o planeta é anterior a qualquer forma de relação humana com o mundo. Com isso, o mundo (humano) passa a ser percebido não como central em sua capacidade de ajudar o planeta e criar instituições para garantir a vida humana, mas enquanto espécie em um novo lugar na história do planeta.

Nossa vida enquanto espécie significa, nesse contexto, o encontro com o planeta, com a questão da vida, e não com as aspirações apenas humanas. Acerca disso, Chakrabarty ressalta que “a questão mais imediata e relevante é que os seres humanos não são centrais para o problema da habitabilidade, mas a habitabilidade é central para a existência humana. Se o planeta não fosse habitável para a vida complexa, simplesmente não estaríamos aqui.” (CHAKRABARTY, 2019, p.47), ou melhor, antes da disponibilidade da história, devemos garantir que ainda teremos nossa existência para rever esses impasses.

Ailton Krenak, em suas discussões recentes em “Futuro Ancestral” (2022), alerta para essa impossibilidade de imaginar novos mundos. Além da pandemia de covid-19 e os desafios da crise climática, o autor nos apresenta uma narrativa unívoca de pessimismo, na qual a tragédia e a catástrofe se tornam o único horizonte disponível. Mas será que essas narrativas são as únicas possíveis? Krenak discorda, pois “o capitalismo quer um mundo triste e monótono em que operamos como robôs, e não podemos aceitar isso” (KRENAK, 2022, p. 38). Para ele, o discurso capitalista vem sufocando nossa capacidade de sonhar e projetar novos futuros, silenciando presenças que são superiores ao humano.

Proposto por muitos autores, sair de um pensamento humanista moderno é uma alternativa para cogitar possíveis formas de habitar o planeta, ultrapassando uma visão da natureza como objeto para o bel-prazer “humano”. Indo à população Zapatista, Krenak mostra outras relações com a natureza de uma forma predadora e reconhece a importância do que o autor chama de “alianças afetivas” para enfrentar o período que vivemos, imaginar novos mundos que se fazem presente mediante outros mundos e servir de bússola para um possível horizonte do catastrofismo ambiental.

Krenak ressalta, nessa direção, o caráter especulativo do futuro, sendo apenas algo imaginado por nós. O autor igualmente pontua os perigos de focar nessa especulação catastrófica do futuro:

Ao focarmos nesse futuro prospectivo acabamos construindo justamente aquilo que Chimamanda Ngozi nos recomenda evitar: um mundo com uma única narrativa. O risco de projetar um futuro assim é muito grande, pois vem embalado em ansiedade, fúria e uma tremenda aceleração do tempo. Olhar sempre para o futuro, e não para o que está ao nosso redor, está diretamente associado ao sofrimento mental que tem assolado tanta gente, inclusive os jovens. É uma experiência que penetra por todos os poros e reflete em nosso estado emocional. O vasto ecossistema do planeta Terra também está sofrendo o estresse dessa aceleração. (KRENAK, 2022, p. 97-98)

Tendo isso em vista, quais as formas de conceber novos mundos e novos futuros que extrapolam a destruição total da humanidade? Krenak percebe que as crianças possuem uma capacidade de criar novos mundos com sua imaginação e, em vez de entupi-las de informações, dar luz a sua criatividade é uma forma de fornecer experiências para conceber novas formas de ver o mundo (KRENAK, 2022, p.100). A ideia é sair de um pensamento iluminista moderno e dar espaço a uma nova forma de habitar o mundo, possibilitando espaços aos humanos e não-humanos. Essa maneira de habitar o mundo trouxe a Krenak descobertas enquanto ser no mundo:

Então, o primeiro presente que ganhei com essa liberdade foi o de me confundir com a natureza num sentido amplo, de me entender como uma extensão de tudo, e ter essa experiência do sujeito coletivo. Trata-se de sentir a vida nos outros seres, numa árvore, numa montanha, num peixe, num pássaro, e se implicar. A presença dos

outros seres não apenas se soma à paisagem do lugar que habito, como modifica o mundo. Essa potência de se perceber pertencendo a um todo e podendo modificar o mundo poderia ser uma boa ideia de educação. Não para um tempo e um lugar imaginários, mas para o ponto em que estamos agora. (KRENAK, 2022, p. 102-103)

Vale retomarmos a autora Tatiana Roque no diálogo que cruza formas de habitar o presente. Segundo a autora, precisamos abandonar a ideia de futuro como promessa de algo melhor e inventar modos de cuidar do futuro, mas agindo no presente, nos problemas e nas soluções do aqui e do agora. Entretanto, tomar essa postura é difícil, porque vivemos tempos sem precedentes, uma descontinuidade da história, e o modo como vivemos a história ainda está sendo elaborada. O básico é saber que não dá mais para acreditar em destinos grandiosos. Antes de tudo, cabe a nós represarmos o tempo num processo de cura do presente. Para a autora, devemos salvar as formas de habitar o presente para possibilitar um futuro no mesmo local, reconhecer a adversidade e agir no presente a fim de ressignificar o imaginário de futuro — com o auxílio de conhecimentos ameríndios e de outros grupos da sociedade.

Outrossim, Rodrigo Turin vai ao encontro de Roque, haja vista que compreende as dimensões políticas do Antropoceno desde as disputas pelo ponto de origem das mudanças climáticas até as novas formas plurais de habitar o mundo diante da “catástrofe cósmica” para um completo fatalismo na história. Por último, mas não menos importante, nos aproximamos de Dipesh Chakrabarty e Krenak, já que os autores chamam a atenção para a própria condição da existência humana, certificando que o planeta é anterior a qualquer forma de relação humana com o mundo e, desse modo, deve ser pensado e repensado nas nossas compreensões históricas de tempo e de espaço.

### **Considerações finais**

Neste artigo, a hipótese presentista de François Hartog revelou-se, por um lado, de fundamental importância ao proporcionar visibilidade e densidade crítica aos debates sobre o tempo histórico na contemporaneidade. Por outro lado, mostrou-se teórica e politicamente limitada ao não contemplar as múltiplas políticas do tempo que operam no presente. Diante disso, diversos autores — como discutido ao longo do texto — apontam caminhos possíveis para retomar a qualidade da mudança dos tempos, sem, no entanto, reincidir nas concepções de futuro herdadas da Modernidade.

Rodrigo Turin, por exemplo, propõe como saída a politização do tempo histórico, compreendendo as forças que atuam sobre ele e disputando seus sentidos. Em sua perspectiva, torna-se necessário analisar criticamente os projetos de futuro em curso e suas implicações sociais e políticas.



Em outra direção, Araújo e Pereira defendem a desaceleração como estratégia de ruptura com a lógica da atualização constante característica do atualismo, visando a construção de uma nova experiência temporal e de um horizonte de futuro alternativo. Já Marcelo Jasmin argumenta em favor de uma reinvenção da futuridade, advogando por futuros múltiplos e abertos, em contraposição à ideia de um futuro encerrado e exaurido — crítica presente na hipótese presentista. Essa abertura temporal ressoa com a proposta e formulações de Jérôme Baschet, que defende a necessidade de reativar o passado como forma de ampliar as possibilidades de ação no presente e de reimaginação do porvir.

Nesse mesmo horizonte, Gêssica Guimarães e Luísa Rauter demonstram como os movimentos sociais contemporâneos operam uma reconfiguração ativa da temporalidade. Para as autoras, o futuro não está em crise, mas vem sendo reformulado por essas mobilizações, que articulam passado e presente na construção de futuros alternativos aos moldes projetados pela racionalidade moderna. Trata-se de uma temporalidade insurgente, em que o coletivo é formado por singularidades que se somam, cada uma com suas demandas, abrindo possibilidades de transformação e continuidade.

Ademais, não se pode ignorar o papel do Antropoceno — concebido como um tempo de fim(s) — na reconfiguração do entendimento histórico contemporâneo. Autores como Dipesh Chakrabarty, Ailton Krenak, Bruno Latour, Tatiana Roque e Rodrigo Turin têm sublinhado os impactos políticos e epistemológicos dessa nova era geológica. Reconhecer as múltiplas historicidades envolvidas nesse fenômeno implica pensar em novas formas de habitar o presente e reformular nossos imaginários de futuro, mesmo diante da anunciação do colapso iminente.

Por fim, retomo ao argumento de Thamara Rodritgues (2023) ao ressaltar em sua análise de que ao “reforçar que a investigação do futuro resumida à sua estagnação possui consequências ontológicas, epistemológicas, afetivas e ético-políticas perigosas para o âmbito intelectual e cotidiano, pois reafirma de modo circular a sensação de que não há como atravessar os desafios do mundo contemporâneo.” (RODRIGUES, 2023, p. 235). Para isso, é crucial reconhecer a multiplicidade das experiências temporais que coexistem para além do diagnóstico presentista. Mais do que propor novas categorias para a temporalidade, trata-se de compreender as disputas políticas que atravessam o tempo e de se engajar ativamente nelas. Afinal, o tempo não é um dado neutro ou natural, reconhecer a disponibilidade da história neste cenário, possibilita uma abertura de processos para politização e mobilizações, para além de um fim da história.

### **Referências Bibliográficas:**

- ARANTES, Paulo E. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0**. Vitória: Milfontes: 2018.
- ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. . Atualismo: Pandemia e historicidades no interminável 2020. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 47, n. 1. 2021.
- ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. O passado como distração: modos de vestir a história no neopopulismo brasileiro. **Revista de Teoria da História**, v. 25, n. 2, p. 70-88, 2022.
- BASCHET, Jerome. La rebelión de la memoria. Temporalidad e historia en el movimiento zapatista. In: Revista **Tramas. Subjetividad y Procesos Sociales**, año 23, número 38, edición especial, diciembre 2012.
- BEVERNAGE, Berber. ‘A passeidade do passado’: reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista. **Revista de teoria da história**, v. 24, n. 1, p. 21-39, 2021.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **O planeta: uma categoria humanista emergente**. S.l., Zazie edições, 2020.
- DOMANSKA, Ewa. Para além do antropocentrismo nos estudos históricos. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia (ISSN 2179-6386)** , v. 1, pág. 9-26, 2013.
- GUIMARÃES, Gêssica; RAUTER, Luisa. Ativismo, movimentos sociais e politização do tempo: possibilidades dos femininos no Brasil contemporâneo. **Diante da crise: teoria, história da historiografia e ensino de história hoje**. Vitória: Milfontes, 2021.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- JASMIN, Marcelo. Futuro(s) Presente(s). In: NOVAES, Adauto. **Mutações: O futuro não é mais o que era**. Arte e Pensamento IMS: Edições Sesc, 2013. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/futuros-presentes/>. Acesso em: 26 fev. 2023
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LATOURE, Bruno. **Onde aterrar?: como se orientar politicamente no antropoceno**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.
- MARQUES, Danilo Araujo. No Future: esboços para uma ação política no “novo tempo do mundo”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 9, n. 21, 2016.
- MINOIS, Georges. **A história do futuro – dos profetas à prospectiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- MUDROVICIC, María Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries?. **Rethinking history**, v. 23, n. 4, p. 456-473, 2019.
- PEREIRA, Luisa Rauter. Fissuras do Presentismo: Mudança Histórica nos Protestos Políticos Contemporâneos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0301, set./dez. 2021.
- RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. **História (São Paulo)**, v. 42, p. e2023036, 2023.

RODRIGUES, Thamara. Sonhos, temporalidades e universidade: experiências para o futuro. **Maracanan**, n. 32, p. 231-249, 2023.

RODRIGUES, Thamara; RANGEL, Marcelo. Temporalidade e crise: sobre a (im) possibilidade do futuro e da política no Brasil e no mundo contemporâneo. **Maracanan**, n. 18, p. 66-82, 2018.

ROQUE, Tatiana. **O dia em que voltamos de Marte: Uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente**. São Paulo: Crítica, 2021.

SALOMON, Marlon; RICOCHETE, Edições. Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos. **Rio de Janeiro: Ricochete**, 2018.

SIMON, Zoltán Boldizsár; NARITA, Felipe Ziotti. Futuros em fuga, tecnologia e o colapso do entendimento em tempos de mudanças sem precedentes. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, 2020.

SIMON, Z. B. . A Transformação do Tempo Histórico: Temporalidades Processual e Eventual. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 139–155, 2021. DOI: 10.5216/rth.v24i1.69676. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/69676>.

TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. **Topoi**, Rio de Janeiro, Vol. 24, No. 54, pp. 703-724, 2023.

TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 586-601, jul./dez. 2016.

TURIN, Rodrigo. Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. **Zazie edições: 2019**.

TURIN, Rodrigo. A ‘catástrofe cósmica’ do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine(org.). **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Editora FGV, 2022.